

**43° Encontro Anual da Anpocs**  
**ST27 Partidos, eleições e sistemas**

Novos partidos no Brasil: origem e perfil dos casos PSD, Solidariedade e Partido Novo<sup>1</sup>

Larissa Hannah Gregório Kerber Macedo (USP)<sup>2</sup>

Tiago Daher Padovezi Borges (UFSC)<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Trabalho baseado na pesquisa desenvolvida e concluída em formato de dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), intitulado *Emergência de novas legendas no sistema partidário brasileiro: os casos do PSD, SD e NOVO em perspectiva comparada*.

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP).

<sup>3</sup> Professor adjunto do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

## 1. Introdução

Desde os estudos inaugurais sobre as democracias contemporâneas, a criação dos partidos políticos tem sido uma das grandes questões da emergente Ciência Política. Afinal, quais são os fatores associados à criação de partidos políticos em um sistema político? Quais são as características socioeconômicas e institucionais que favorecem a ocorrência desse fenômeno? As páginas que se seguem lidarão com tais indagações a partir de uma investigação a respeito da formação de três novos partidos: o Partido Social Democrático (PSD), o Solidariedade (SD) e o Partido Novo (NOVO). Assim, pensando em tal debate, trataremos de verificar os elementos centrais na origem e nas primeiras experiências eleitorais desses partidos, que são parte da atual transformação do nosso sistema partidário.

Mesmo tratando de eventos que precedem o ano de 2018, qualquer estudo que investigue nossos partidos precisa lidar com a inevitável sensação de ruína de uma aparente estabilidade que marcou a competição política das últimas décadas da democracia brasileira. O surpreendente êxito de forças minoritárias e emergentes transbordou o embate presidencial e atingiu grande parte das casas legislativas do país<sup>4</sup>. Os resultados eleitorais de 2018 nos mostraram a “implosão” do arranjo competitivo, o que nos indica que talvez estamos vivenciando o momento de mais profunda transformação de nossos partidos e elites políticas, desde a redemocratização do país na década de 1980<sup>5</sup>.

Longe de oferecer uma explicação a esse “tsunami”, o presente artigo investiga um fenômeno que antecede as eleições de 2018 e está vinculado aos altos índices de fragmentação partidária verificados em nosso sistema político<sup>6</sup>. Trataremos de algumas características do nascimento e do desenvolvimento de três forças políticas: o PSD, o SD e o NOVO. Muitas vezes, visto como excessivamente fragmentado devido às nossas permissivas regras eleitorais,

---

<sup>4</sup> Segundo o DIAP, a renovação da Câmara dos Deputados atingiu o percentual de 52%, o maior desde 1994.

<sup>5</sup> Em novembro do ano passado, Jairo Nicolau assim afirma a respeito do nosso sistema partidário, exemplificando a sensação acima descrita: “Os resultados da noite deixaram os analistas de política sem adjetivos. O uso de analogias climáticas, embora meio desgastado depois de anos de crise (quem não se lembra da “tempestade perfeita?”), foi a opção. Estávamos diante de um ‘tsunami’ eleitoral, do ‘furacão’ Bolsonaro, da ‘avalanche’ de votos do PSL. Restava falar da velha ordem política também com imagens de destruição. O sistema partidário estaria ‘em escombros’, ‘em ruínas’, teria vindo ao chão diante de uma ‘hecatombe’ de renovação” (*Revista Piauí*, 11/2018. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-triunfo-do-bolsonarismo/>> ).

<sup>6</sup> Enquanto em 1998, o número efetivo de partidos foi de 7,01, em 2018, esse valor chegou 16,4.

o nosso sistema partidário tem sido tradicionalmente pensado a partir da suposição de que, com exceção do PT, temos partidos muito semelhantes entre si<sup>7</sup>. Aqui, questionaremos essa homogeneidade, em um estudo no qual se investigará algumas diferenças nos processos de formação dos partidos e os possíveis efeitos eleitorais.

Para isso, na primeira parte, lidaremos com uma lacuna presente na literatura sobre a criação de partidos políticos em um contexto de sistema partidários já consolidados. Como ficará claro, muito pouco é dito a respeito das condições e fatores que afetam a emergência de novos partidos, em sistemas já estabelecidos, que já possuem uma razoável longevidade. Na segunda parte, lidaremos com os casos escolhidos para nossa investigação, com o histórico de criação do PSD, do SD e do NOVO. E, finalmente, analisaremos dados organizacionais dos partidos, além de seus desempenhos nas últimas eleições. Trata-se de um estudo de caráter descritivo, que tem como maior contribuição apontar a importância das diferenças organizacionais dos partidos, além de sustentar que o fenômeno da fragmentação partidária em nosso sistema partidário não deve ser atribuído unicamente às instituições que regem a competição eleitoral: a análise sobre atores políticos não pode ser negligenciada por essa agenda de pesquisa.

## **2. A criação de partidos: abordagens e dilemas teóricos**

A discussão teórica acerca do nascimento dos partidos políticos é bem conhecida, sendo uma das preocupações basilares sobre as transformações dos sistemas políticos europeus nos últimos séculos. Para autores como Max Weber, Robert Michels, Franz Neumann, Maurice Duverger, entre tantos outros, a compreensão dos processos de democratização passava pela investigação das organizações partidárias, mesmo indesejadas pelos mais importantes pensadores políticos modernos (SARTORI, 1982). Afinal, quais são os elementos que conduzem ao nascimento de determinados partidos políticos? Há contextos sociais e institucionais que dificultam ou facilitam a emergência de novas organizações?

---

<sup>7</sup> Estudados em obras como de Scott Mainwaring (2001) e Maria D'Alva Kinzo (2004), nossos partidos têm em comum a ausência de sólidos vínculos com a sociedade, além de apresentarem uma frágil estrutura organizativa em comparação à coordenação de políticos individuais.

Antes de mais nada, a maior parte das respostas dessas indagações foram oferecidas por estudos que tratavam da origem de sistemas partidários, que se consolidaram ao longo do século XX. Trata-se de um alerta importante, pois trataremos da emergência de partidos em um sistema partidário razoavelmente consolidado<sup>8</sup>. Apesar dessas limitações, é possível organizar o debate em torno de duas teses a respeito da origem dos partidos políticos. Marcada por forte influência da sociologia norte-americana funcionalista do início do século XX, a primeira abordagem enfatiza a importância de fatores contidos na estrutura socioeconômica. Para tal abordagem, o êxito de uma democracia, o tipo de autoridade instituída e modo como a representação política se constituía em um país, seriam fenômenos explicados pela interação e pelo desenvolvimento de subsistemas sociais (econômicos e culturais)<sup>9</sup>.

Diferindo dessa interpretação, uma segunda enfatiza aspectos estratégicos dos atores políticos para explicar tal fenômeno. Para autores como John Aldrich (1995) e Gary Cox (1987)<sup>10</sup>, a origem de partidos políticos é explicada pela ação de políticos individuais para sanar problemas de ação coletiva com os quais eles se depararam. Os partidos não teriam surgido em função de determinadas demandas sociais, mas sim para reduzir incertezas dos atores políticos<sup>11</sup>. Como afirma Aldrich, “a party must be more than a coalition of temporary interests (...), the value of the party would be to institutionalize for the long haul (and over issues) and reduce uncertainty, ensuring each member some benefits for being in this party” (Ibid., p. 42). Com forte influência da microeconomia, tal visão tem como característica enfatizar elementos de “dentro da política”, como as ações estratégicas dos atores e como eles interagem entre si e com as instituições políticas.

Em relação à primeira abordagem, cabe destacar o clássico trabalho de Seymour Lipset e Stein Rokkan (1967), que explicam as diferentes configurações dos sistemas partidários europeus a partir do modo de constituição e desenvolvimento de clivagens sociais, formadas

---

<sup>8</sup> Por apresentar razoável estabilidade competitiva até 2018, assumiremos que o sistema partidário brasileiro pode ser considerado como tal (MAINWARING, POWER, BIZARRO, 2018).

<sup>9</sup> Uma importante referência que organiza essa discussão pode ser encontrada no trabalho de Brian Barry (1978), que destaca a importância de Talcott Parsons em parte de significativa da literatura que enfatiza fatores sociais para explicar o funcionamento das instituições políticas.

<sup>10</sup> É importante deixar claro que o trabalho de Cox se preocupa menos em explicar a origem de organizações políticas e mais na origem do “partidarismo” no Parlamento inglês.

<sup>11</sup> O partido, segundo essa perspectiva, é formado, pois “politicians stand to win more – achieve more of their goals or be more likely to achieve their goals – through a party than otherwise” (ALDRICH, 1995, p. 57).

a partir de duradouros conflitos presentes na sociedade. Para os autores, a origem dos partidos políticos deve ser pensada como derivada de pressões e demandas presentes na sociedade, sendo um processo de formação “de baixo para cima”. Nessa explicação, o sistema político aparece como um resultado de movimentações que operam em outros âmbitos, em transformações e conflitos que promovem a constituição de identidades e valores. Por exemplo, um sistema partidário com um partido religioso seria resultante da formação de uma clivagem religiosa, constituída em um longo processo de conflitos pautados na laicidade do Estado. É importante destacar que tal explicação se confunde com a ênfase atribuída à função de expressão de demandas sociais por parte dos partidos políticos (SARTORI, 1982). Para Giovanni Sartori, além de disputar eleições, essas máquinas eleitorais têm como função expressar demandas dos grupos sociais, sendo o vínculo estabelecido entre partido político e sociedade vital para o funcionamento das democracias contemporâneas.

Partindo de tal expectativa em relação aos partidos políticos brasileiros, autores como Scott Mainwaring (1991, 2001), Maria D’Alva Kinzo (2004) identificam profundas deficiências de nossos partidos em relação aos seus vínculos com a sociedade<sup>12</sup>. Segundo Mainwaring (2001), a origem do sistema partidário brasileiro atual guarda escassa relação com clivagens sociais, sendo uma mera divisão entre as elites políticas no período de transição democrática<sup>13</sup>. Ou seja, pensando na função “expressiva” dos partidos políticos e em uma expectativa de criação a partir de demandas sociais, o nosso sistema partidário, por ter se originado longe de clivagens sociais e ter apresentado baixa conexão com a sociedade, foi alvo de críticas e forte ceticismo em alguns dos estudos das primeiras décadas da atual experiência democrática. No meio dessa ausência generalizada de enraizamento social, o PT surge como um fenômeno “estranho”, por reunir uma significativa fidelidade partidária e por ter emergido de grupos sociais, antes ausentes na política institucional brasileira (MENEGUELO, 1989; RIBEIRO, 2010; AMARAL, 2011). Formado a partir de uma multiplicidade de grupos sociais, que se opunham ao regime ditatorial, o PT é visto como um caso excepcional, sem qualquer

---

<sup>12</sup> A maior parte das evidências desse diagnóstico se assenta tanto nos baixos percentuais de identidade partidária verificados entre os eleitores, quanto nos elevados índices de volatilidade eleitoral. Como afirma Kinzo (2004, p. 35), “ao longo desses dezoito anos de democracia [a autora se refere ao período 1985-2003], os avanços em direção à consolidação do sistema partidário foram bastante modestos”.

<sup>13</sup> Para Mainwaring, disputas locais e a posição em relação ao regime ditatorial foram importantes na construção dos partidos políticos brasileiros.

similaridade com outro caso em nosso sistema partidário, marcado por significativa homogeneidade de nossos partidos em relação a tais problemas identificados.

Uma questão colocada por tais abordagens é como as instituições políticas podem constranger ou facilitar a entrada de novos grupos políticos, satisfazendo determinadas demandas sociais ou estratégias dos atores políticos na criação de novos partidos. Por exemplo, segundo o clássico trabalho de Duverger (1970), sistemas eleitorais majoritários tenderiam a oferecer desafios maiores à criação de partidos minoritários do que os proporcionais<sup>14</sup>. No caso brasileiro, há um certo consenso de que as instituições eleitorais oferecem pouca resistência para novas forças, com uma combinação do sistema proporcional, distritos de alta magnitude e permissão de coligações nas eleições proporcionais<sup>15</sup>.

Mesmo sem ignorar prováveis efeitos das instituições sobre a criação dos partidos políticos, o presente trabalho priorizará uma investigação das diferenças entre três casos, utilizando uma análise comparativa das características de origem do PSD, do SD e do NOVO. Portanto, pensando no repertório teórico acima descrito, é possível identificar a incorporação de demandas exógenas ou estamos tratando apenas de soluções encontradas pelos atores políticos para satisfazer seus objetivos no jogo político? Quando olhamos para tais partidos, confirmamos as expectativas de homogeneidade organizacional ou é possível constatar diferenças?

### **3. O processo de formação dos partidos**

Antes de qualquer coisa, é preciso destacar que a literatura referente às novas legendas é ainda reduzida. Trata-se de uma lacuna em meio à uma produção já consolidada sobre o sistema partidário brasileiro e sobre legendas mais tradicionais/antigas como PT, PMDB, PSDB e PFL, os quais são originados das divisões de elites políticas da época – com exceção do PT (KECK, 2010; KINZO, 2001, 2004; MENEGUELO, 1989; ROMA, 2002). Bolognesi,

---

<sup>14</sup> Para o autor francês, os sistemas majoritários (distritos uninominais e de turno único) tenderiam a favorecer sistemas partidários bipartidários, oferecendo desafios muito altos para novos partidos serem criados.

<sup>15</sup> Segundo Jairo Nicolau (1996), essa possibilidade (de coligações nas eleições proporcionais) estão intimamente associadas com a fragmentação do nosso sistema partidário.

Codato e Roeder (2015) afirmam, por exemplo, que os partidos pequenos (recentes ou não) têm sido sistematicamente ignorados pela literatura<sup>16</sup>.

É preciso destacar também que, mesmo sendo a mais antiga área dos estudos partidários, a pesquisa sobre a formação e as características de organizações partidárias brasileiras ainda se mostra um campo a ser explorado. Panebianco (2005) já afirmava há décadas atrás que não havia literatura internacional realmente engajada com esse tema, sendo o estudo sobre a formação de partidos políticos de Duverger (criação interna vs. criação externa) o mais utilizado.

Isso posto, o que se propõe é o aprofundamento na análise do processo de formação de três legendas, Partido Social Democrático (PSD), Solidariedade (SD) e Partido Novo (NOVO). Os partidos PSD, SD e NOVO foram registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), respectivamente, em 2011, 2013 e 2015. Os dois primeiros foram registrados já com bancadas na Câmara, as quais se mantiveram com tamanhos relativamente estáveis por respectivos oito e cinco anos. O NOVO, por outro lado, elegeu uma bancada para a Câmara que iniciou mandato em 2019.

A seleção de tais organizações se assentou no fato de que há vários casos de novas legendas que não conseguiram eleger representantes no legislativo e no executivo, limitadas ao caráter nominal. Além disso, os três partidos escolhidos foram formados no estado de São Paulo, o que ajuda a isolar a comparação dos casos de outros fatores que pudessem tornar a análise mais complexa caso os estados e os distritos fossem muito diferentes entre si. Grosso modo, os três partidos, portanto, surgem dentro de um mesmo contexto geográfico, demográfico e eleitoral. Escolhemos a Câmara dos Deputados por considerarmos que o acesso das legendas a recursos públicos é permitido tendo em vista as cadeiras conquistadas nessa

---

<sup>16</sup> O número alto de partidos efetivos na Câmara reforça a constatação de que partidos menores talvez não sejam tão irrelevantes assim. O sistema partidário brasileiro é altamente fragmentado. É nessa maior dispersão de poder no legislativo que partidos novos podem vir a se estabelecer como atores relevantes devido ao menor poder de bancada de partidos tradicionais, os quais vieram perdendo cadeiras ao longo dos anos. A Câmara dos Deputados apresentava, em 2018, 16,4 partidos efetivos (cálculo feito pelos autores). Atualmente, a bancada da Câmara (dados de agosto de 2019) congrega 24 partidos. O PT, com maior bancada, possui 54 assentos (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019).

casa, o que pode influenciar os esforços de estruturação da legenda em torno desse espaço no legislativo.

Em primeiro lugar, o que se procura, com o estudo do processo de criação dos partidos, é entender se os partidos brasileiros surgem a partir de esforços situados nas elites políticas<sup>17</sup>, ou seja: a emergência de novos partidos políticos no Brasil obedece ao diagnóstico que apresenta os partidos como fruto de “pressões de cima”, de articulações de atores já presentes na arena política?

Em segundo lugar, investigaremos o perfil dessas legendas, a partir de dados de filiados, votos, candidatos, bancada etc. Nosso argumento entra em concordância com Panebianco (2005), quando este afirma que os elementos presentes na criação de uma legenda, “os traços que sustentam sua gênese”, podem influenciar seu perfil organizativo, pois uma “organização traz consigo a marca das suas modalidades de formação e das principais decisões político-administrativas de seus fundadores, as decisões que ‘modelaram’ a organização” (Ibid., pp. 92,93).

A análise dos casos visa fugir de uma abordagem dicotômica, que situa os partidos em campos opostos de *exógeno vs. endógeno*, *partidos de quadro vs. partidos de massa*<sup>18</sup>. Negar essa dicotomia parte do pensamento de que podemos tratar de *elementos exógenos* e *endógenos* sem que esses traços de criação dos partidos políticos sejam tratados como excludentes<sup>19</sup>. O que será discutido nos dados analisados é como esses elementos podem afetar a estruturação nacional das citadas organizações.

---

<sup>17</sup> Elites políticas serão entendidas no contexto da pesquisa como atores que estão no jogo político, o termo “elites” parte da perspectiva de que indivíduos nessa esfera apresentam poder de decisão sobre políticas públicas (executivo e legislativo) e sobre as instituições políticas, o que significa, por alto, acesso diferenciado ao poder político.

<sup>18</sup> Nesse sentido, cabe registrar o estudo de Heather Stoll (2013), que investiga o nascimento de novos partidos incorporando em sua análise tanto a importância de pressões exógenas, quanto de elementos estratégicos das elites políticas.

<sup>19</sup> *Elementos exógenos*, portanto, serão vistos como mobilizações que não são produto de articulações de atores políticos (do executivo ou do legislativo), as quais resultam em partidos que se diferenciam em sua origem por não serem concebidos a partir de cisões ou rupturas dentro do sistema partidário; já *elementos endógenos* serão definidos como articulações da própria elite política.

### 3.1 Partido Social Democrático (PSD)

O PSD foi registrado na justiça eleitoral em 2011, constituído por dissidentes, em sua maioria, do Democratas (DEM), do Partido Progressista (PP) e do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Oficializado como o partido número 28 do sistema partidário brasileiro, o PSD nasceu grande, com aproximadamente 150 mil filiados, dois governadores, seis vice-governadores, dois senadores, 48 deputados federais, 104 deputados estaduais, 559 prefeitos e seis mil vereadores. Esses números mostram como o PSD já era relativamente estruturado nacionalmente em pouco tempo, antes mesmo de ter passado por uma eleição (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2018, 2012).

O PSD é formado por atores inseridos nos poderes legislativo e executivo do estado de São Paulo. O projeto de um novo partido foi liderado por Gilberto Kassab, que, no cargo de prefeito de São Paulo na época, contou com o apoio de nomes como Guilherme Afif, seu vice-governador; Sérgio de Oliveira Cunha, então senador pelo Acre; com suporte, também, do governador do Amazonas, Omar Azis, e do governador de Santa Catarina, Raimundo Colombo; além de receber apoio do vice-governador da Paraíba, Rômulo Gouveia, e do deputado federal pelo Rio de Janeiro, Índio da Costa<sup>20</sup>.

Com uma bancada na Câmara que representava o 4º maior número de cadeiras em 2011, atrás somente do PT, PMDB e PSDB, além de contar com doações que chegaram aos 25 milhões de reais, em 2012, a organização estabeleceu-se no jogo político nacional como uma das principais forças partidárias, posição mantida nas eleições que se seguiram. E mesmo afirmando que o PSD era “nem de direita nem de esquerda”<sup>21</sup>, Kassab mostrou ser alinhado a muitos projetos do governo de Dilma Rousseff (em primeiro mandato).

Com representação na Câmara que não era provinda de votos, tendo acesso ao fundo partidário e ao tempo de tv para a campanha de 2012<sup>22</sup>, próximo do governo e com sua postura

---

<sup>20</sup> Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Partido\\_Social\\_Democr%C3%A1tico\\_\(2011\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Social_Democr%C3%A1tico_(2011))>. Acesso em: nov. 2018.

<sup>21</sup> *O Estado de São Paulo*. 21/03/2011. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/radar-politico/kassab-anuncia-oficialmente-criacao-de-novo-partido/>>. Acesso em: dez. 2018.

<sup>22</sup> Para as eleições de 2012, o TSE decidiu que o PSD tinha direito a uma parcela maior do fundo partidário. Em tese, a legenda teria acesso apenas aos 5% que é dividido igualmente entre todos os partidos. Os ministros do TSE aprovaram a inclusão do PSD na repartição dos outros 95% do fundo, considerando os votos dos deputados que migraram para o partido para formar bancada na Câmara Federal. Essa decisão significou um salto de 40 mil mensais para um valor de quase 1 milhão de reais (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2012).

ambígua frente ao espectro ideológico, o PSD apresenta uma formação fortemente marcada por articulações estratégicas provindas de “pressões de cima”. A formação do PSD é caracterizada pela demanda de uma elite política, sua gênese é endógena à ação articulada de agentes situados nos contextos do legislativo e executivo estaduais e federais e que, ainda, ganha força devido à sua aproximação com o governo federal.

### 3.2 Solidariedade (SD)

O Solidariedade foi registrado junto ao TSE em setembro de 2013. O partido surgiu como a 32ª legenda do sistema partidário e pôde concorrer às eleições de 2014. A legenda foi concebida por Paulo Pereira da Silva em 2012. Paulo Pereira, com carreira na metalurgia, é, também, presidente da Força Sindical. Ele foi eleito presidente da Força em 1994; era filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em 1996, e, posteriormente, filiou-se ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) em 2003, por meio do qual foi eleito deputado federal em 2006 (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2018b). A carreira política de Pereira está diretamente vinculada aos movimentos sindicais da Força Sindical. A central sindical é a segunda maior corrente sindicalista do país, com base no Sindicato dos Metalúrgicos da Cidade de São Paulo e sendo opositora declarada da Central Única dos Trabalhadores (CUT), maior central sindical do país e base de apoio do PT (*idem*, 2018a).

Todo esse contexto é necessário ser considerado para que se compreenda a formação do Solidariedade. De acordo com informações disponibilizadas pelo próprio partido, Paulo Pereira declarou que a estratégia que possibilitou a criação da legenda foi a garantia de acesso a uma “base eleitoral” específica e a “aliados disciplinados” (SOLIDARIEDADE, 2018b, *online*). Os trabalhos para criar o SD começaram com a reunião, em outubro de 2012, de Paulo Pereira com deputados “descontentes com os atuais partidos”, dentre eles membros do PSD, PR e DEM; e com o advogado Marcílio Duarte, “criador profissional de partidos políticos”, reunindo experiência na fundação de partidos como o “Prona, PGT, PTN, PTR, PSL e PST” (*ibid.*, *online*)<sup>23</sup>. A “base eleitoral” mencionada acima era os sindicatos. A Força Sindical

---

<sup>23</sup> Nessas articulações iniciais, os “deputados descontentes” eram: João Caldas, deputado federal de Alagoas, o qual já tinha sido prefeito de Itabequara (AL), em 1988, e foi para a Câmara por ser suplente de Rui Palmeira (que deixou o cargo para assumir a prefeitura de Maceió); Augusto Coutinho, deputado federal de Pernambuco,

reunia, na época, 1.700 entidades filiadas, e era o principal alvo do(s) fundador(es) do SD: cerca de 1 milhão de trabalhadores. Em entrevista à *Revista Época*, Paulinho da Força afirmou que os sindicatos reservaram cerca de 500 mil reais para auxílio na obtenção das assinaturas pelo país<sup>24</sup>.

Após a mobilização de tais recursos, o SD é criado em 2013, filiando 24 deputados federais, 21 deputados estaduais, um vice-governador, um senador, cerca de 200 prefeitos, 100 vice-prefeitos e em torno de 3.000 vereadores (SOLIDARIEDADE, 2018a). Essa organização se estrutura, portanto, com base na mobilização de entidades sindicais e a partir de ações estratégicas concebidas por uma elite política que detinha informações e poder suficientes para ter à disposição uma parcela da sociedade civil que impulsionaria um projeto de partido.

Em 2013, o Solidariedade se torna a 32ª legenda do país, a qual enfatiza, no discurso de Paulinho da Força, sua oposição ao governo do PT (SOLIDARIEDADE, 2018b). E por mais que uma base sindical seja fortemente associada com a bancada da esquerda na Câmara, principalmente pela clara relação entre PT e CUT, a postura do SD vai em via contrária a essa lógica. Ao formar bancada no legislativo, a legenda se apresentou como centro (ideológico), colocando-se como oposição, postura que se difere do PSD nos primeiros anos na Câmara.

O PSD nasce na conjuntura política do primeiro ano do governo Dilma, com uma presidente que tinha, no início de 2012, 77% de taxa de aprovação, e com uma coalizão de oito partidos; fatores que, para Gerardi, Krause e Schaefer (2017), são motivos para tornar o governo uma força atrativa, a qual estimulou lideranças políticas, como Kassab, a abandonar o posto de oposição junto ao DEM. Em contrapartida, desde o início, o Solidariedade se colocou como oposição, em uma conjuntura política na qual o governo de Dilma Rousseff estava com dificuldades de negociação junto ao Congresso Nacional. Em 2015, o Solidariedade se tornou um dos principais defensores do impeachment<sup>25</sup>. Paulo Pereira chega

---

cuja carreira política data de 1992; Roberto Santiago, deputado de São Paulo, sindicalista, presidente da FENASCON e FEMACO, e vice-presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT); e Henrique Oliveira, na época, deputado federal do Amazonas, e que assumiu o cargo de vice-prefeito do estado em 2015 (Ibid., *online*).

<sup>24</sup> *Revista Época*. 15/07/2014. Paulinho conseguiu. Será que Marina consegue?. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2013/09/paulinho-conseguiu-bsera-que-marina-consegueb.html>>. Acesso em: dez. 2018.

<sup>25</sup> *BBC News*. 05/05/2016. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/05/151008\\_cunha\\_camara\\_ab](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/05/151008_cunha_camara_ab)>. Acesso em: Nov. 2018.

a afirmar que o “Solidariedade entende que a única forma de ter o impeachment de Dilma é com o presidente Eduardo Cunha, então vamos defender Eduardo Cunha no Conselho de Ética”<sup>26</sup>.

### 3.3 Partido Novo (NOVO)

O Partido Novo foi fundado, nas palavras da própria organização, por um grupo de “profissionais liberais”, e obteve o registro oficial na justiça eleitoral em 2015. A imagem da organização foi construída a partir da defesa de pautas como “maior autonomia e liberdade do indivíduo, a redução das áreas de atuação do Estado”, “diminuição da carga tributária” e “melhoria na qualidade dos serviços essenciais, como saúde, segurança e educação” (PARTIDO NOVO, 2018, *online*). O que se nota na criação do NOVO, à primeira vista, é uma mobilização de atores externos ao sistema partidário. Dos três partidos analisados, o Partido Novo é aquele que surge a partir da ação mobilizada de atores que não detinham cargos no executivo ou no legislativo.

O partido se colocou como inteiramente dependente das doações provindas de filiados, recusando receber fundos públicos. Diferentemente do PSD e do SD, auxiliados por doações de pessoas jurídicas, o NOVO concorre na primeira eleição (2016) com a legislação de partidos políticos sobre doações reformulada. A Lei das Eleições (n. 9.504/1997) foi alterada para não permitir doação de pessoas jurídicas para fins de campanha, as doações permitidas eram as do próprio candidato ou de pessoas físicas - estas poderiam doar até 10% do seu rendimento bruto (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2016). Partindo do posicionamento de desvinculação do auxílio financeiro público e com a nova legislação sobre doações de campanhas em vigor, a estruturação da legenda é marcada por um grupo que não fazia parte da elite política<sup>27</sup> e pelo apoio de banqueiros e empresários.

---

<sup>26</sup> Paulo Pereira se refere aos esforços feitos por ele e por outros deputados para tentar impedir a cassação do mandato de Cunha por meio do adiamento das votações no Conselho de Ética em 2015. A chamada “tropa de choque” de Eduardo Cunha, além de incluir Paulo Pereira, reunia deputados federais do PSC, PTB, PMDB e PSD (*Portal G1*. 06/12/2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/tropa-de-choque-de-cunha-reune-deputados-de-cinco-partidos.html>>. Acesso em: dez. 2018.)

<sup>27</sup> Sublinhamos que, ao nos referirmos a atores “externos” à elite política, a análise não ignora a leitura de que agentes externos influenciam o meio político, não estar presente nas esferas políticas - na figura de parlamentares, senadores, governadores, etc - não significa não ter algum grau de influência sobre elas.

O demonstrativo de doações financeiras recebidas pelo partido, sobretudo no ano de 2015, reúne registros de doações em nome de pessoas conhecidas no mercado financeiro e no empresariado. João Amoêdo foi diretor da União de Bancos Brasileiros S.A. e do Banco Itaú e, atualmente, é diretor da empresa João Fortes Engenharia S.A. As doações de Amoêdo para o partido, em 2015, foram em torno de 3 milhões de reais. Outras doações feitas nesse ano foram de nomes como: Fernão Bracher, 50 mil reais; Eduardo Mazilli, 100 mil reais; Pedro Moreira Salles, 150 mil reais; e Jayme Garfinkel, 250 mil reais (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2018b). Fernão Bracher já foi presidente do banco Bradesco, Banco Central e Banco Itaú ao longo de sua carreira. Eduardo Mazilli é diretor geral do Itaú Unibanco. Pedro Moreira Salles é co-presidente do Itaú Unibanco. Jayme Garfinkel é presidente do conselho da Porto Seguro S.A. Há, também, na lista de doadores: Walter Schalka, chefe executivo da Suzano Papel e Celulose S.A., e Israel Vainboim, diretor independente da Embraer S.A.<sup>28</sup>. O grupo supracitado é responsável por 85% do total de doações (4,2 milhões) em 2015. Os recursos recebidos têm origem em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Outro aspecto que parece ser a marca do partido é a forma de recrutamento. A organização afirma que busca selecionar os políticos “mais capacitados” por meio de um processo seletivo específico de pré-candidaturas. Esse processo se baseia em três fases, as quais incluem uma prova e uma banca de entrevista. Os mais bem-sucedidos conseguem recomendações como os pré-candidatos mais bem preparados para uma possível candidatura oficial<sup>29</sup>.

---

<sup>28</sup> Todas as informações sobre os históricos de carreira foram retiradas da plataforma virtual da empresa Bloomberg. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/>>.

<sup>29</sup> Outro diferencial, segundo eles, é a ênfase em trazer conceitos básicos do mundo privado para a esfera pública, como gestão de recursos escassos e definição de metas a serem cumpridas por aqueles que forem eleitos pelo partido (*Época*. 10/06/2011. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI240537-15223,00-JOAO+DIONISIO+AMOEDO+NOSSOS+CANDIDATOS+TERAO+METAS+DE+GESTAO.html>>).

O processo seletivo para candidatos é um exemplo disso. A escolha de pré-candidatos é feita por meio de uma seleção dividida em três fases. O NOVO defende a importância de “filtrar” os melhores concorrentes para cargos nas câmaras baixas. Esse processo não é obrigatório, pois não substitui as convenções partidárias, porém, proporciona a vantagem da recomendação aos diretórios dos pré-candidatos pelo comitê de avaliação do processo seletivo. É obrigatória uma taxa de R\$600,00 para se inscrever na seleção de pré-candidatos ao cargo de deputado federal (PARTIDO NOVO, 2017). A revista *Exame*, por exemplo, afirma que os inscritos na seleção, em 2018, iriam “passar por uma maratona de testes digna de qualquer boa seleção de trainee no país” (*Exame*. 07/02/2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/o-curioso-metodo-do-partido-novo-para-escolher-seus-candidatos/>>).

Em suma, quando são analisados alguns aspectos da consolidação do Partido Novo, o que se vê é uma legenda formada por atores não inseridos na competição política, aliados a banqueiros e empresários, e com um discurso que defende uma postura econômica liberal.

#### **4. O perfil dos partidos: sua abrangência nacional**

Como apresentaremos nas páginas seguintes, ao analisarmos os partidos tendo em vista dados sobre sua base, votos recebidos, ou sua presença na Câmara (parte dos elementos que integram sua projeção nacional), notamos que, organizacionalmente, os partidos fundados por elites já presentes na esfera política apresentaram maior capilaridade nacional. Essa constatação pode ser interpretada como indício de que os indivíduos ou grupos envolvidos na criação de uma legenda apresentam diferentes recursos à sua disposição, e essas diferenças reverberam no modo como o partido se estrutura.

Após as especificidades das trajetórias de formação de cada partido serem trazidas à superfície, sustentaremos que as pressões, disputas e atores, que promovem a criação das legendas, influenciam no perfil posterior destas. E que perfil seria esse?

Nesse caso, entender o perfil de cada legenda parte do esforço analítico de delimitar que elementos estão presentes na formação do partido e na sua estrutura organizativa. Para este trabalho, os dados disponibilizados para mensuração se relacionam, de algum modo, com essas três características: a base, a liderança e a força eleitoral. Desse modo, para compreender características e tendências, foram feitas análises a partir de dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre filiados, diretórios, votos recebidos nas eleições 2018 para a Câmara dos Deputados; e dados públicos da Câmara dos Deputados sobre as bancadas de cada partido. A estatística descritiva dos dados sinaliza possíveis tendências que podem estar relacionadas a fatores presentes na gênese dos partidos. Enquanto o PSD e o SD são estruturados organizacionalmente a partir de elites endógenas ao sistema político, o NOVO é formado por atores exógenos à classe política. Ou seja, verifica-se que os partidos criados por atores políticos (do legislativo ou executivo) apresentam maior capilaridade nacional. A capilaridade, nesse caso, pode ser entendida como o grau de abrangência nacional do partido, medido a partir da distribuição nacional dos filiados às legendas e do número de diretórios

estaduais na época do registro; do número e da origem dos votos recebidos nas eleições 2018; e, por fim, da distribuição regional e do número de candidatos e eleitos pelos três partidos.

A distribuição nacional é controlada pelo percentual de eleitores em cada região geográfica e também pelo número total de filiados a partidos políticos em cada estado e região. Sendo assim, os percentuais partidários de filiados, votos recebidos, bancada na câmara e número de candidatos devem ser analisados sem que se negligencie a variabilidade total de cada estado e região. Por exemplo, um partido que apresenta (hipoteticamente) em torno de 8% do total de seus filiados concentrados na região norte, não é necessariamente pouco ativo na região, pois tal percentual de filiados se aproxima com o percentual nacional de filiados e eleitores concentrados naquela região.

#### **4.1 O eleitorado e as bases partidárias em números: a distribuição nacional e de cada partido**

Em 2018, o Brasil reunia cerca de 147 milhões de eleitores, destes aproximadamente 16,8 milhões são filiados a algum partido político. No *Gráfico 1* é possível ver a distribuição de eleitores pelas unidades da federação. Essa distribuição, não por acaso, é semelhante à disposição demográfica da população brasileira<sup>30</sup>.

---

<sup>30</sup> Dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<https://mapas.ibge.gov.br/tematicos/demografia.html>>.

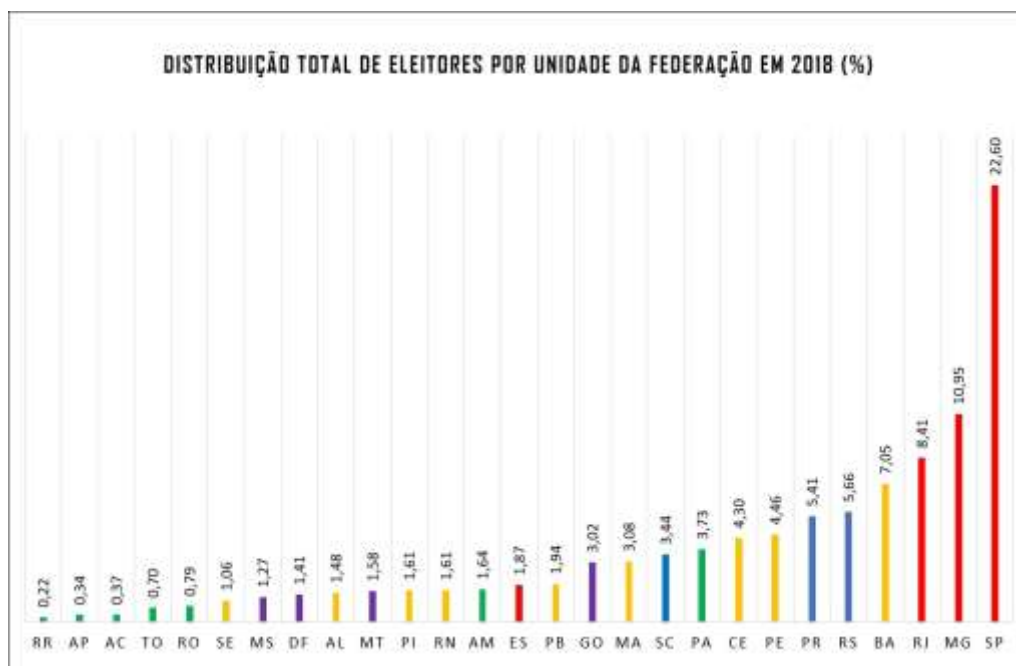


Gráfico 1. Fonte: dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e elaboração por Macedo (2019)

Os eleitores se concentram significativamente na Região Sudeste, a qual corresponde a 43,83% do total; o nordeste é a segunda maior região em percentual de eleitores (26,59%); o sul do país congrega 14,51% dos eleitores; e norte e centro-oeste reúnem 7,79% e 7,28% dos eleitores respectivamente. Se comparadas a disposição dos percentuais de eleitores por estado e região com a distribuição de eleitores filiados é possível notar semelhanças. A região sudeste engloba 38,61% dos filiados, a região nordeste 23,89%, a sul abrange 19,9%, centro-oeste 9,25% e a norte 8,35%. Constata-se assim, um padrão de concentração no centro-sul do país de eleitores e filiados, os quais se dispersam à medida que se desloca a observação dos dados para o noroeste do país.

Tendo em vista a distribuição dos dados, deve-se considerar, por exemplo, que o número elevado de filiados em São Paulo pode ser associado ao número de eleitores registrados por distrito eleitoral. Enquanto o estado de São Paulo encerra 22,6% dos quase 150 milhões de eleitores brasileiros, regiões como o norte e o centro-oeste, representam menos de 20% do eleitorado. Sendo assim, a análise da variação dos filiados, candidatos e votos para cada um dos partidos deve ser feita com a distribuição nacional de eleitores em mente.

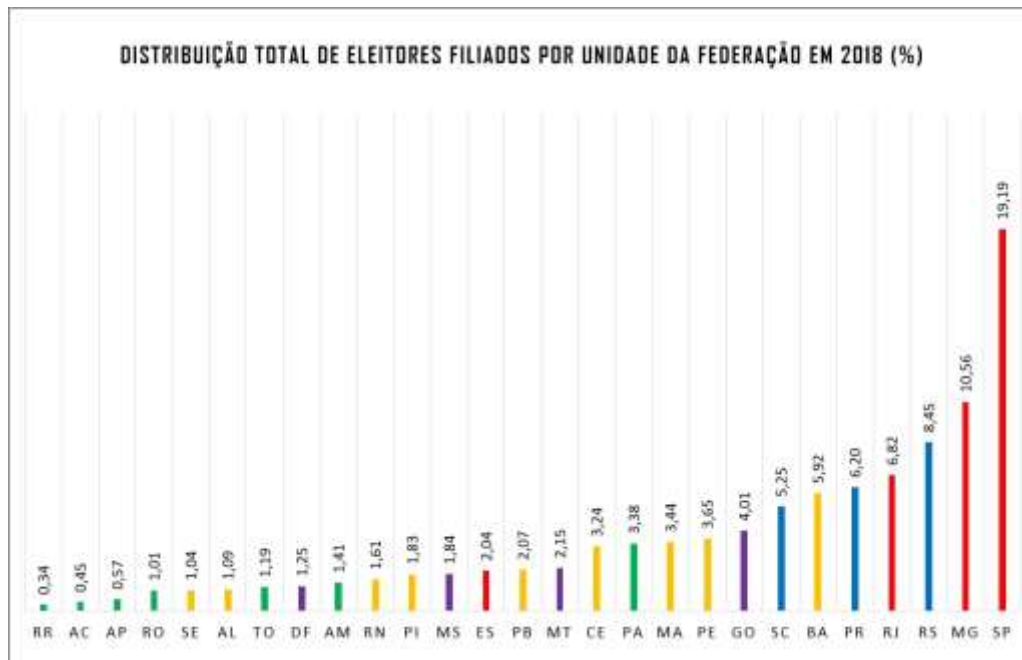


Gráfico 2. Fonte: dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e elaboração por Macedo (2019)

Do total de eleitores filiados, aproximadamente um terço está dividido em sete partidos: MDB, 2,3 milhões; PT, 1,5 milhão; PSDB, 1,4 milhão; PP, 1,4 milhão; PDT, 1,2 milhão; PTB, 1,1 milhão; e DEM, 1,09 milhão. Enquanto isso, entre os partidos com menor número de filiados estão o PCO, com 3,7 mil filiados; o PCB, com 14,7 mil; o PSTU, com 17,1 mil; o NOVO, com 25 mil; e REDE, com 23,9 mil (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2018c).

A partir dos números citados, nota-se que o PSD, o qual compreende somente 1,9% do número total de filiados no Brasil, está muito abaixo de partidos mais tradicionais, como o MDB e o PT, com 14,1% e 9,2% respectivamente do total de filiados.

Ao trazer o NOVO e o SD para a comparação, o PSD se diferencia por não conter o maior número de filiados em São Paulo, posição ocupada pelo estado de Santa Catarina. É digno de nota, ainda, o número alto de filiados no estado da Bahia.

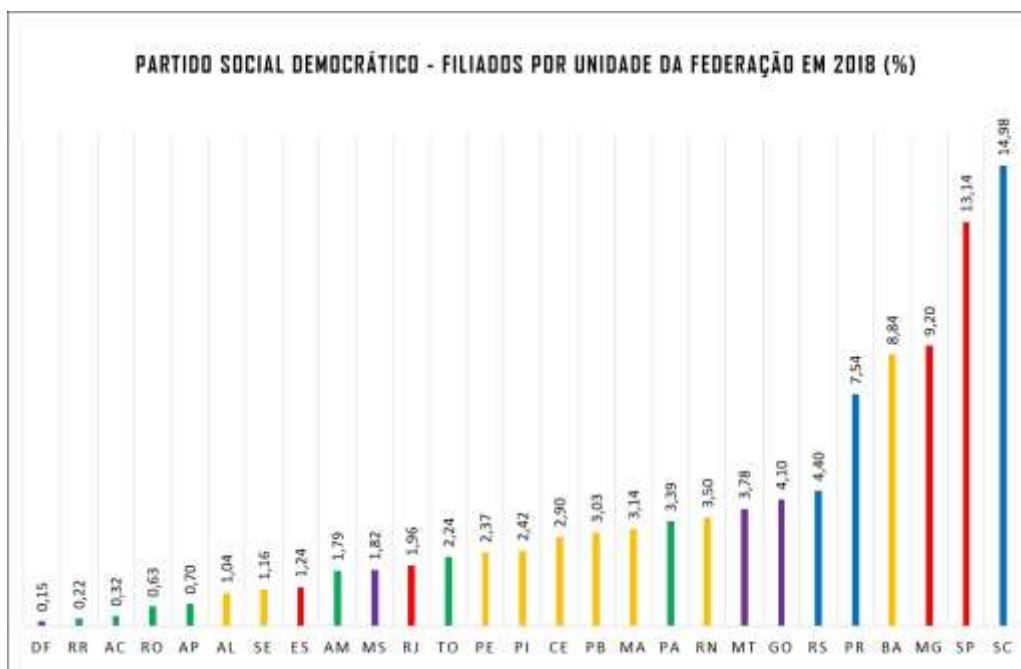


Gráfico 3. Fonte: dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e elaboração por Macedo (2019)

O apoio do executivo e do legislativo do DEM no estado de Santa Catarina, as conexões de Gilberto Kassab com lideranças políticas da Bahia e sua própria trajetória política em São Paulo são elementos relevantes para melhor compreender a distribuição dos filiados do PSD.

A criação da legenda se deu com grande apoio do vice-governador do PP na Bahia e em conjunto com o governo de Santa Catarina. Em março de 2011, Kassab participou de um encontro com políticos da Bahia, o intuito era a busca de filiações e de coligações para as eleições de 2012. Em maio de 2011, o governador de Santa Catarina, Raimundo Colombo, em reunião com todos os deputados estaduais e federais, suplentes dos senadores do DEM e com o presidente em exercício do partido no estado, anunciou a filiação ao PSD.

Sendo assim, a transferência acentuada de filiados do DEM/SC para o PSD é clara, a qual é impulsionada pelo governador Raimundo Colombo e seus apoiadores. Isso pode explicar o percentual (14,98%) dos filiados em SC, enquanto São Paulo reúne apenas 13,14% dos filiados, mesmo este sendo o estado de origem da legenda.

O Solidariedade, em caso semelhante ao PSD, apresenta filiados distribuídos por todas as regiões, mas concentra uma grande parte destes em SP. Percebe-se que as cinco regiões apresentam pelo menos um estado com percentual relevante de filiados. O destaque de São

Paulo pode estar conectado com o fato de o Solidariedade ter se formado a partir de suas bases nas associações sindicais, tendo como principais aliados os sindicatos ligados à Força Sindical. A Força é vinculada, sobretudo, ao Sindicato dos Metalúrgicos da Cidade de São Paulo.

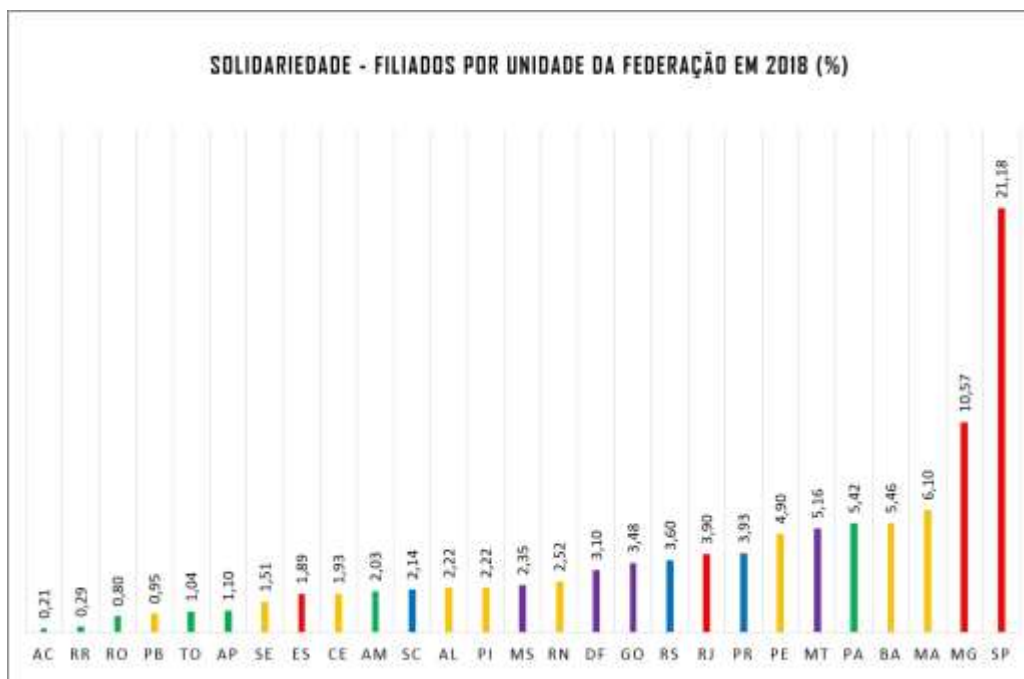


Gráfico 4. Fonte: dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e elaboração por Macedo (2019)

Paulo Pereira recebeu auxílio dos sindicatos para o recolhimento das assinaturas necessárias para a formação do partido. Os dados não permitem interceptar uma conexão direta entre os registros de filiados e o envolvimento dos grupos sindicais; não obstante, pode-se inferir que essa concentração de filiados em São Paulo apresenta associação com uma base mobilizada nesse estado, tal relação pode ser inferida pelas palavras do próprio partido, o qual reproduz, em seu site, um texto de 2013 da *Revista Época*, deixando claro que “o cacifê de Paulinho [Paulo Pereira] tem outra fonte”, pois, sendo ele presidente da Força Sindical, pode contar com “o segundo maior conglomerado de sindicatos do país, com 1.700 entidades filiadas, representantes de cerca de 1 milhão de trabalhadores”. O partido enfatiza o peso da Força Sindical como sua base (devido ao próprio Paulo Pereira), a qual “recebeu neste ano [2013] R\$ 42 milhões de dinheiro do imposto sindical”, colocando “milhares de manifestantes nas ruas das cidades e no Congresso para fazer barulho, pressionar e, com isso, influenciar

resultados” (SOLIDARIEDADE, 2018b, *online*). Dito de outro modo: a concentração de filiados do SD em São Paulo não é por acaso.

O Partido Novo, por sua vez, é uma das legendas com o menor número de filiados. Como visto abaixo, no *Gráfico 5*, o NOVO apresenta uma alta concentração de filiados na região sudeste (58,25%). Em São Paulo, esse número é ainda mais relevante, pois o estado compreende consideráveis 32,55% dos registros. É clara, por outro lado, a ínfima presença do partido nas regiões norte e nordeste, as quais representam, respectivamente, não mais que 4% e 10% dos filiados da legenda.

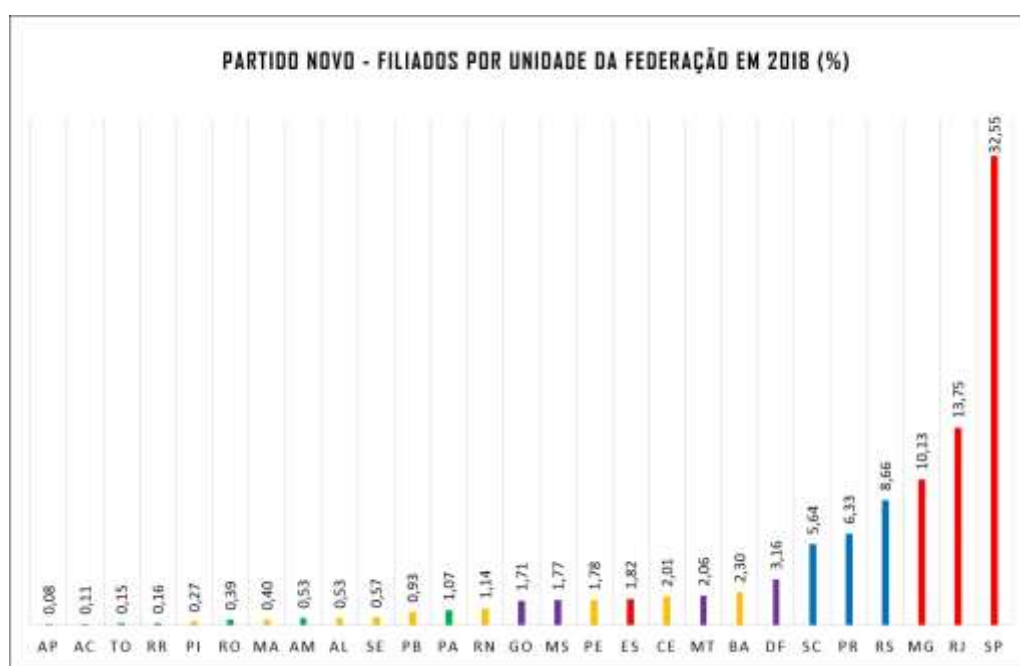


Gráfico 5. Fonte: dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e elaboração por Macedo (2019)

Enquanto o PSD e o SD contam com 326.320 e 212.478 filiados cada, o NOVO conta com um pouco mais de 25 mil (ano 2018). Essa concentração do Partido Novo, portanto, não significa necessariamente um alto número de filiados em São Paulo, mas sim a incapacidade de mobilização de uma base em partes mais distantes do seu centro de formação. Com origem bastante marcada pelas doações de banqueiros e empresários localizados, em sua maioria, em São Paulo, a legenda é notadamente circunscrita a uma específica região do país, quase 60% dos filiados ao partido se encontram na região sudeste (incluindo a região sul, a parcela de filiados é de 78,88% no centro-sul).

Situação semelhante é vista na comparação do número de diretórios que cada partido estabelece no ano de sua criação. O NOVO foi registrado junto à justiça eleitoral com nove diretórios estaduais permanentes, “em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Rio Grande do Norte”<sup>31</sup>. Em contrapartida, o SD é criado com 24 órgãos provisórios. O PSD nasce ainda maior, com 20 diretórios permanentes e 5 provisórios<sup>32</sup>.

Os percentuais revelam que atores inseridos nas esferas institucionalizadas de poder político (como legislativo e executivo) e conexões entre lideranças políticas influenciam na estruturação de uma organização partidária. As filiações do PSD são marcadas por esses vínculos estratégicos, principalmente em Santa Catarina e na Bahia. Não há como desprezar, por exemplo, as bases de Paulo Pereira e de sua carreira política nos círculos sindicais paulistas e o percentual elevado de filiados em São Paulo. Em comparação com esses últimos partidos e com os números nacionais de filiações, o NOVO é muito mais concentrado em uma região. Esse predomínio acentuado em São Paulo se nota tanto em filiações como também em votos e na bancada da Câmara eleita em 2018 (analisados em seguida).

Assim como as particularidades vistas nos dados de filiações, os votos para os cargos de deputado federal nas eleições 2018, os candidatos e a bancada de cada partido apresentam elementos convergentes com os argumentos apresentados a partir das tendências identificadas na distribuição de filiados.

#### **4.2 A distribuição dos votos nas eleições proporcionais de 2018 (Câmara dos Deputados)**

Analisando os votos recebidos por cada legenda, verifica-se que o PSD e o NOVO apresentam maior força eleitoral em estados nos quais estão as lideranças presentes no processo de criação da legenda. O Solidariedade se diferencia, nesse caso, ao ganhar força no Norte e Nordeste do país, mesmo apresentando maioria expressiva de sua base em São Paulo.

---

<sup>31</sup> Noticiado pelo TSE. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2015/Setembro/plenario-do-tse- aprova-pedido-de-registro-do-partido-novo>>.

<sup>32</sup> Dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por meio do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP). Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/informacoes-partidarias/sistema-de-gerenciamento-de-informacoes-partidarias-sgip>>.

Enfatiza-se que, ao analisar a distribuição de votos, escolhe-se examinar o número total de votos, ou seja, não se aponta, aqui, apenas os votos traduzidos em assentos na Câmara. Os votos totais também são fonte de informação válida à medida que traduzem uma mobilização do eleitorado em favor de uma específica legenda - ou de um candidato<sup>33</sup>. O número de candidatos eleitos por cada partido também será apresentado.

As eleições proporcionais de 2018 para a Câmara dos Deputados constituem o segundo pleito do PSD e do SD e o primeiro pleito do NOVO. O PSD elegeu uma bancada de 34 deputados, enquanto o Solidariedade elegeu 15 deputados e o NOVO oito<sup>34</sup>. Ter uma bancada na Câmara é determinante para acesso a recursos públicos e para o processo de negociação no Congresso.

O PSD lançou 243 candidatos para o cargo de deputado federal. Examinando os números de candidatos por região, o Sudeste reúne 57,5% dos candidatos; a bancada eleita, contudo, é

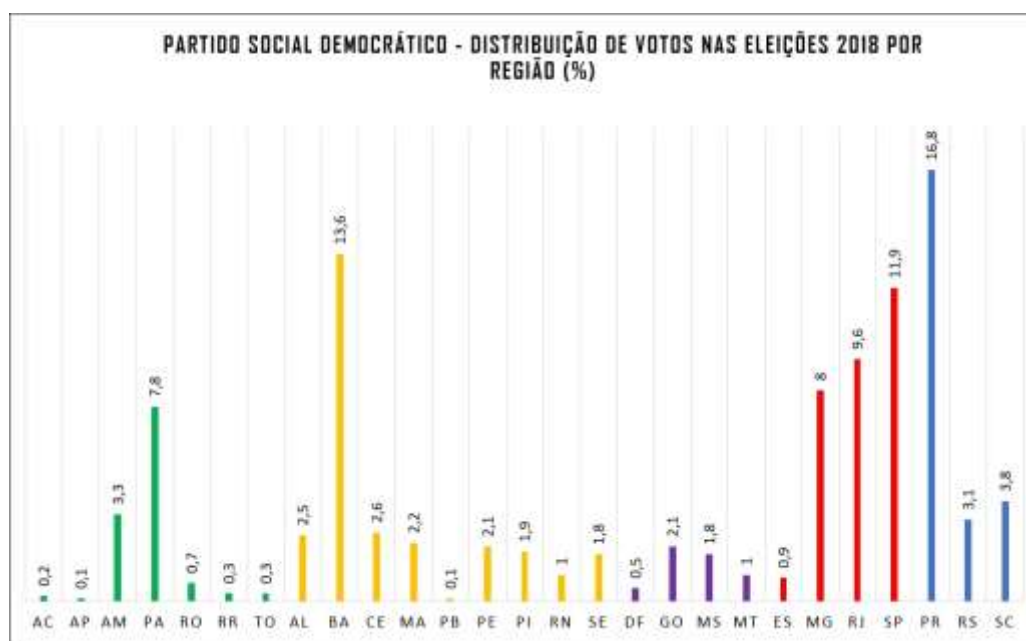


Gráfico 6. Fonte: dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e elaboração por Macedo (2019)

<sup>33</sup> Entendemos, no entanto, que a relevância eleitoral de um partido se encontra, principalmente, na sua capacidade de traduzir votos em cadeiras. No **Anexo**, há uma comparação entre os votos recebidos por cada um dos três partidos, o número de assentos obtidos na Câmara dos Deputados nas eleições de 2018 e a relação de cadeiras totais por estado para deputados federais.

<sup>34</sup> *GI*. 08/10/2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/pt-perde-deputados-mas-ainda-tem-maior-bancada-da-camara-psl-de-bolsonaro-ganha-52-representantes.ghtml>>. Acesso em: nov. 2018.

44,1% composta por cadeiras do norte e nordeste, e 19,7% dos assentos foram distribuídos entre os três estados da região sul (JUSTIÇA ELEITORAL, 2018).

Já o Solidariedade recebeu 1,8 milhões de votos. A bancada eleita é composta, principalmente, por parlamentares do Norte e do Nordeste (61,5% dos assentos). A região sul é a única sem parlamentares pelo partido. O maior percentual de votos está em São Paulo, o que pode estar relacionado com a base do Solidariedade em São Paulo, bem mais expressiva do que em outros estados do país, e com a reeleição de Paulo Pereira ao cargo de deputado (JUSTIÇA ELEITORAL, 2018).

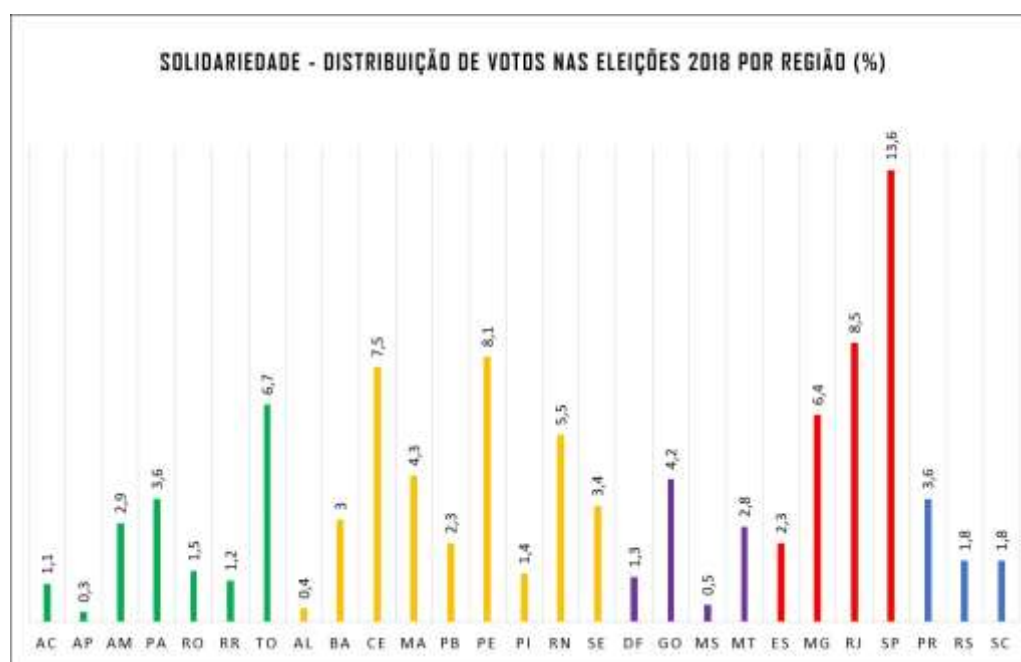


Gráfico 7. Fonte: dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e elaboração por Macedo (2019)

O Partido Novo recebeu 2,4 milhões de votos, em sua maioria nos estados do centro-sul do país. Os candidatos de São Paulo receberam 30,1% dos votos, estado que conseguiu três cadeiras na Câmara para o NOVO em 2019. Em Minas Gerais foram eleitos dois deputados, votos que podem ter relação com a eleição para o cargo de governador, já que Romeu Zema concorreu pelo partido e foi eleito. A concentração dos votos para a legenda é clara, Sudeste (com seis parlamentares) e Sul (com dois parlamentares) englobam significativos 83,8% dos votos recebidos. Na região norte, o partido é praticamente inexistente, os votos somam ínfimos 0,2% do total, já que somente 1,3% do total de candidatos

pelo NOVO se encontravam nessa região. A região nordeste, com 15,4% dos candidatos, alcançou 7,8% do total de votos, acima dos 6,1% de votos da região centro-oeste, com 12,7% dos candidatos (JUSTIÇA ELEITORAL, 2018).

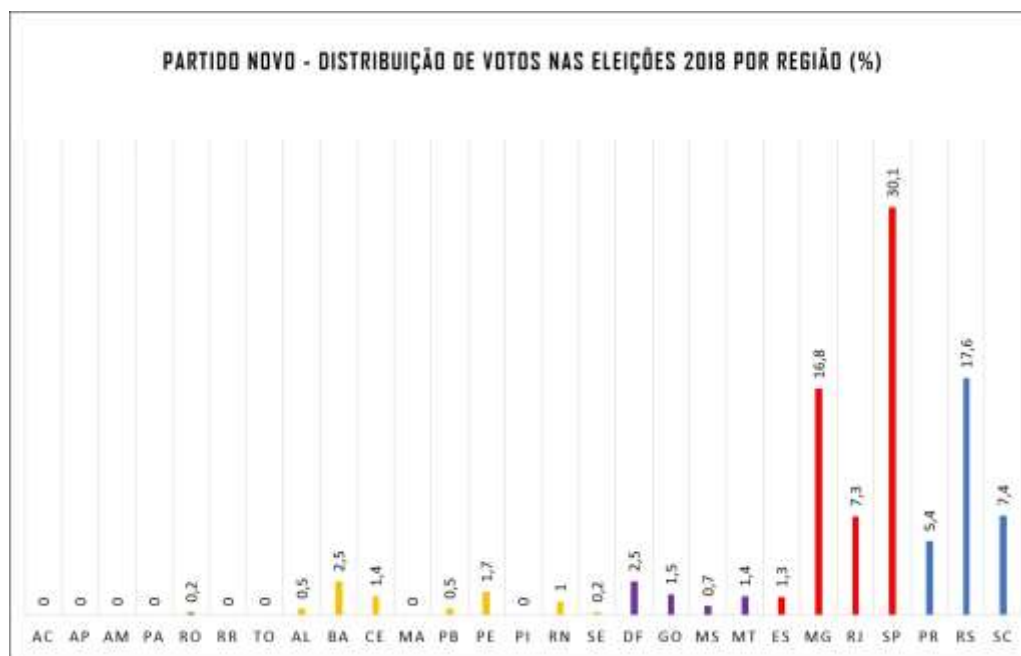


Gráfico 8. Fonte: dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e elaboração por Macedo (2019)

A bancada do PSD em 2018 reunia 36 parlamentares. Quando fora criado, o PSD recebeu quase 50 cadeiras na Câmara, fruto de migrações. Em 2018, do número total de deputados filiados, apenas seis têm histórico de filiação restrita ao PSD; dos 30 restantes, 11 migraram do DEM, cinco do PSC e quatro do PMDB, os outros deputados vieram de outros nove partidos (PTB, PR, PSB, PMB, SD, PMN, PHS, PPS e PROS). No que diz respeito a taxa de reeleição, 55% dos deputados da 55ª legislatura (2015-2019) foram reeleitos. Se for considerada a bancada de 2019 (56ª legislatura), com 34 deputados, aproximadamente 60% das cadeiras serão ocupadas por deputados reeleitos.

Quanto ao Solidariedade, em 2018, a presença na Câmara variava entre “novos” e “antigos” parlamentares: um dos deputados apresentava mais de trinta anos na Câmara, e os demais entre quinze e quatro anos. Em detalhes, 50% dos deputados do SD eram da 54ª legislatura, ou seja, tomaram posse em 2011; 20% (dois) já estavam há 15 anos na Câmara, com o cargo desde 2003; dentre os dois mais recentes (outros 20%), um foi eleito pelo SD e outro foi eleito pelo PHS, migrou para o PMDB e se filiou ao SD em 2018. Por fim, a parcela

de deputados federais reeleitos para a legislatura que se iniciou em 2019 é de 46% (seis) em relação aos eleitos pela primeira vez (sete).

Os oito deputados federais eleitos em 2018 pelo NOVO retratam a concentração do partido em torno da região centro-sul; foram três eleitos por São Paulo, dois por Minas Gerais, um no Rio de Janeiro, um em Santa Catarina e um no Rio Grande do Sul. A bancada do Partido Novo em 2019 é indiscutivelmente “nova”, com sete de oito deputados não apresentando carreira política anterior. Essa diferença entre o Partido Novo e os demais se dá, principalmente, pela origem de bancada dos outros dois partidos, tanto o PSD quanto o SD ganham assentos na Câmara como resultado de migrações partidárias<sup>35</sup>.

### **5. Como entender o perfil dos partidos a partir do que foi apresentado?**

Os partidos Social Democrático, Solidariedade e Novo são criados no estado de São Paulo a partir da articulação de diferentes atores. Ao se observar a trajetória das três organizações, o que se verifica é como os traços da origem de cada legenda se conectam com sua estruturação nacional. Se observada a distribuição dos filiados por região, notar-se-á que tanto PSD quanto SD apresentam filiações mais distribuídas no âmbito nacional do que o NOVO. O PSD surge com maior número de filiados na região nordeste, o que pode ser justificado pelo alto número de filiações no estado da Bahia; além disso, parte das filiações da região sul se devem à transferência de filiações do DEM para o PSD em Santa Catarina. O Solidariedade apresenta maior concentração no Sudeste, em São Paulo sobretudo, o que pode ser visto como consequência da influência que Paulinho da Força possui na central sindical com sede no estado. O NOVO, por seu turno, é extremamente concentrado na região sudeste. Essa centralização no centro-sul do país pode ser interpretada como resultado da mobilização circunscrita aos estados onde se encontravam os seus financiadores e fundadores e pelo caráter exógeno dos seus fundadores às elites políticas.

---

<sup>35</sup> Decidimos colocar todas as tabelas que detalham melhor as informações de votos, cadeiras conseguidas em 2018 e bancadas da 55a legislatura no anexo devido à extensão das informações.

### Distribuição por região de eleitores/filiados (%)

| Distribuição/Região | Sudeste | Nordeste | Sul   | Centro-Oeste | Norte |
|---------------------|---------|----------|-------|--------------|-------|
| Eleitores no Brasil | 43,83   | 26,59    | 14,51 | 7,28         | 7,79  |
| Filiados no Brasil  | 38,61   | 23,89    | 19,9  | 9,25         | 8,35  |
| PSD                 | 25,54   | 28,4     | 26,92 | 9,85         | 9,29  |
| SD                  | 37,54   | 27,81    | 9,67  | 14,09        | 10,89 |
| NOVO                | 58,25   | 9,93     | 20,63 | 8,7          | 2,49  |

Tabela 1. Fonte: dados do Repositório do Tribunal Superior Eleitoral e elaborado por Macedo (2019)

O argumento da diferenciada penetração nacional das três organizações partidárias é corroborado tanto atualmente quanto do ponto de vista de momentos específicos na trajetória dos três partidos. Enquanto o NOVO apresentava 26.215 filiados em dezembro de 2018, três anos após sua criação; o PSD, após mesmo período, em 2014, tinha registrado 195.433 filiações; o Solidariedade, também três anos após sua criação, em 2016, reunia 181.010 filiados (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2019). É evidente que o PSD e o SD já apresentavam uma base muito maior em períodos semelhantes. Novamente, ressalta-se como os atores envolvidos no projeto de uma legenda (que se tornam as lideranças dos partidos) influenciam na capilaridade nacional da organização: O PSD estabelece, na formação do partido, relações com classes políticas de Santa Catarina, Bahia e São Paulo; o Solidariedade dispõe da ajuda de políticos em São Paulo, sindicatos ligados à Força Sindical e deputados do Amazonas, de Alagoas e de Pernambuco; enquanto o NOVO apresenta relações restritas, em sua maioria, a banqueiros e empresários situados no Rio de Janeiro e em São Paulo.

O mesmo pode ser apontado em relação à distribuição de votos em 2018. O menor percentual de votos do PSD e do SD, respectivamente, são 5,4% no Centro-Oeste e 7,2% no Sul; o Partido Novo obteve 0,2% do total de votos no norte do país, enquanto Sudeste e Sul englobam 85,9% desse total.

### Distribuição por região de votos por partido – Eleições proporcionais federais 2018 (%)

| Partido/Região | Sudeste | Nordeste | Sul  | Centro-Oeste | Norte |
|----------------|---------|----------|------|--------------|-------|
| PSD            | 30,4    | 27,8     | 23,7 | 5,4          | 12,7  |
| SD             | 30,8    | 35,9     | 7,2  | 8,8          | 17,3  |
| NOVO           | 55,5    | 7,8      | 30,4 | 6,1          | 0,2   |

Tabela 2. Fonte: dados da Justiça Eleitoral e elaborado por Macedo (2019)

Pode ser levantado o argumento de que o Partido Novo não é tão forte nacionalmente graças à sua formação mais recente se comparada com os cinco anos de existência do SD e os sete anos do PSD. Todavia, se forem comparadas as três bancadas eleitas por cada partido nas suas respectivas primeiras eleições para a Câmara (PSD e SD em 2014, NOVO em 2018), verificar-se-á que os dois primeiros apresentam uma distribuição de candidatos eleitos muito mais condizente com a distribuição do eleitorado nacional. Em 2014, o PSD elegeu 36 deputados federais e o Solidariedade 15 deputados, ambas as legendas com parlamentares provenientes das cinco regiões do país. O NOVO, por outro lado, em 2018, elegeu oito deputados de somente duas regiões.

### Distribuição da bancada de cada partido na Câmara em sua primeira eleição (%)

| Partido/Região     | Sudeste | Nordeste | Sul   | Centro-Oeste | Norte |
|--------------------|---------|----------|-------|--------------|-------|
| <b>PSD (2014)</b>  | 36,11   | 25       | 13,88 | 8,35         | 16,66 |
| <b>SD (2014)</b>   | 33,33   | 33,33    | 6,68  | 13,33        | 13,33 |
| <b>NOVO (2018)</b> | 75      | 0        | 25    | 0            | 0     |

Tabela 3. Fonte: dados disponibilizados pela Câmara dos Deputados e elaborado por Macedo (2019)

O que se nota na disposição regional de filiados, votos e bancada é como a capilaridade em cada um dos casos se relaciona com a origem dos partidos. O Solidariedade e PSD apresentam uma liderança que, por ser elite política, utiliza dos seus recursos de relações e de capacidade, nos termos de Panebianco (2005), para alcançar uma abrangência nacional com custos mais baixos se comparados aos custos de mobilização de uma elite exógena ao sistema político, que é o que se percebe no processo de formação do NOVO. Agentes que já são parte da competição política, como Kassab e Pereira, trazem consigo, ao criar partidos, uma gama de conexões e capacidades adquiridas ao longo de sua trajetória na vida política. O *know-how* político de relações interpessoais com outras elites políticas locais e o acesso a diferentes bases permitem que as organizações se projetem de modo mais rápido em diferentes regiões do país.

## 6. Considerações Finais

O que notamos é que os partidos Social Democrático e Solidariedade são marcados predominantemente por elementos endógenos ao sistema político, com atores com *expertise* para criar e desenvolver um partido de projeção nacional mais abrangente devido à conexão

com elites políticas situadas em outros estados (deputados, governadores e prefeitos), ou pela proximidade com a coalizão do governo, ou, ainda, pelo acesso a grupos mobilizadas na sociedade civil e que podem ser cooptados pelos fundadores do partido (sindicatos, grandes empresas, etc.). Essa origem provinda da articulação de elites políticas possibilita que os partidos nasçam mais fortes e com um custo baixo de recrutamento de uma base nacional, além de facilitar a consolidação de uma bancada na Câmara. Por outro lado, o Partido Novo surge concentrado nos eixos RJ-SP, nasce pequeno, a partir de uma elite com grandes recursos financeiros (vide seus doadores), mas com poucas conexões dentro da esfera política.

Esse é um primeiro olhar, uma tentativa de observação e descrição mais ordenada e sistematizada sobre partidos políticos recentes - que recebem pouca ou nenhuma atenção da literatura no Brasil. E por que não “aceitar” os modelos clássicos de partidos para definir os casos brasileiros? Justamente porque o contexto político no qual tais modelos foram baseados limita o entendimento sobre os partidos brasileiros. Sair dessa definição dicotômica ajuda a melhor entender *quem* e *o que* são as legendas no Brasil. O argumento de que a origem dos casos aqui estudados é predominantemente endógena às elites políticas pode convergir com a definição de partidos de quadros de Duverger, mas não explica elementos específicos que fogem ao modelo clássico. O Solidariedade, por exemplo, surge por meio de esforços de Paulo Pereira e de outros deputados, porém, a mobilização de vários sindicatos para formação e construção de uma base para o SD fogem da esfera parlamentar (endógena), há uma coordenação entre atores externos e internos ao jogo político.

Capilaridade, penetração nacional, tamanho da estrutura organizativa de partidos políticos são apenas alguns aspectos do que pode ser explorado nessa agenda de pesquisa. O contexto de surgimento de cada partido remete a um arranjo institucional específico, o qual deve ser considerado. A legislação partidária exige que partidos tenham um caráter organizativo nacional; nesse sentido, quais organizações são mais bem-sucedidas a partir desse constrangimento institucional? Que outros elementos podem ser incorporados como variável explicativa para a formação de partidos no Brasil? Podemos ir mais adiante e começar a pensar em desenvolver modelos de partidos políticos brasileiros? É importante, nesse caminho, assimilar com olhos críticos a literatura internacional e buscar conciliar a bagagem dos clássicos com os desafios próprios do sistema partidário brasileiro.

### Referências bibliográficas

ALDRICH, John. *Why Parties?: The Origin and Transformation of Political Parties in America*. The University of Chicago Press: Chicago, 1995.

AMARAL, Oswaldo. Ainda Conectado: o PT e seus vínculos com a sociedade. *Opinião Pública*. Campinas, vol. 17, nº 1, Junho, 2011, p.01-4

BOLOGNESI, Bruno; CODATO, Adriano; ROEDER, Karolina M. “A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador” in CODAS, Gustavo; CRUZ, Sebastião V.; KAYSEL, André (org.). *Direita Volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

BARRY, Brian. *Sociologists, Economists, and Democracy*. Chicago: University of Chicago Press, 1978.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Bancada Atual*. Brasília: 2019. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/bancadas/bancada-atual>>. Acessado em: jul. 2019.

COX, Gary W. *The efficient secret: the cabinet and the development of political parties in Victorian England*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1970.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). *Força Sindical*. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Rio de Janeiro: CPDOC, 2018. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/forca-sindical>>. Acesso em: dez. 2018a.

\_\_\_\_\_. *SILVA, Paulo Pereira da*. Biografia. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Rio de Janeiro: CPDOC, 2018. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/silva-paulo-pereira-da>>. Acesso em: dez. 2018b.

GERARDI, Dirceu A.; KRAUSE, Silvana; SCHAEFER, Bruno M. “As Coligações do Novo PSD: da máquina aos grotões, da métrica aos resultados” in KRAUSE, Silvana; MACHADO, Carlos; MIGUEL, Luis F (Org.). *Coligações e Disputas Eleitorais na Nova República: aportes teórico-metodológicos, tendências e estudos de caso*. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

JUSTIÇA ELEITORAL. *Resultados: Eleições 2018 (Geral Ordinária)*. Brasília: 2018. Disponível em: aplicativo “Resultados” da Justiça Eleitoral Brasileira.

KECK, Margaret. *PT - A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira*. Rio de Janeiro: Centro Eldestein de Pesquisas Sociais, 2010.

KINZO, Maria D'Alva G. *A Democratização Brasileira: um balanço do processo político desde a transição*. São Paulo em Perspectiva, 15(4), 2001.

\_\_\_\_\_. Partidos, Eleições e Democracia no Brasil pós-1985. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, vol. 19, n. 54, fevereiro, 2004, p. 23-40.

LIPSET, Seymour; ROKKAN, Stein. *Cleavages Structures, Party Systems and Voter Alignments: an Introduction*. Free Press: New York, 1967.

MACEDO, Larissa H. G. K. *Emergência de novas legendas no sistema partidário brasileiro: os casos do PSD, SD e NOVO em perspectiva comparada*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2019.

MAINWARING, Scott, P. Políticos, partidos e sistemas eleitorais: o Brasil numa perspectiva comparada. *Novos Estudos Cebrap*, 1991 n. 29, p. 34-58.

\_\_\_\_\_. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Rio de Janeiro/Porto Alegre: FGV/ Mercado Aberto, 2001.

MAINWARING, Scott, POWER, Timothy, BIZARRO, Fernando (2018). The uneven institutionalization of a party System: Brazil". In: MAINWARING, S. *Party Systems in Latin America: institutionalization, decay and collapse*. Cambridge: Cambridge University Press.

MENEGUELO, Rachel. *PT: a formação de um partido (1979-1982)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

NICOLAU, Jairo. *Multipartidarismo e Democracia: Um Estudo sobre o Sistema Partidário Brasileiro (1985-94)*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas Ed, 1996.

PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PARTIDO NOVO. *Edital*. Brasília: 2017. Disponível em: <<https://querosercandidato.novo.org.br/>>. Acesso em: nov. 2018.

----- \_\_\_\_\_. *Por que o Novo? De onde viemos*. Brasília: 2018. Disponível em: <<https://novo.org.br/de-onde-viemos/>>. Acesso em: dez. 2018.

RIBEIRO, Pedro Floriano. *Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005*. 1. ed. São Carlos: EdUFSCar/FAPESP, 2010.

ROMA, Celso. A Institucionalização do PSDB entre 1988 e 1990. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 17 no 49 junho/2002.

SARTORI, Giovanni. *Partidos e Sistemas Partidários*. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1982.

SOLIDARIEDADE. *Histórico do Partido Solidariedade*. Brasília: 2018a. Disponível em: <<http://www.solidariedade.org.br/o-movimento/historia-solidariedade/>>. Acesso em: nov. 2018.

\_\_\_\_\_. *Revista Época: por que registrar um partido foi tão fácil para Paulinho da Força e é tão difícil para Marina?*. Rio de Janeiro: 2018b. Disponível em: <<http://www.solidariedade.org.br/noticias/revista-epoca-por-que-registrar-um-partido-foi-tao-facil-para-paulinho-da-forca-e-e-tao-dificil-para-marina/>>. Acesso em: dez. 2018.

STOLL, Heather. *Changing Societies, Changing Party Systems*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Doações de pessoas jurídicas estão proibidas nas Eleições 2016*. Brasília: TSE, 2016. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Agosto/doacoes-de-pessoas-juridicas-estao-proibidas-nas-eleicoes-2016>>. Acesso em: nov. 2018

\_\_\_\_\_. *Estatística do eleitorado - Eleitores filiados*. Brasília: TSE, 2019. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/filiados>>. Acesso em: jan. 2019.

\_\_\_\_\_. *Partidos Políticos Registrados no TSE*. Brasília: TSE, 2018. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>>. Acessado em: ago. 2018.

\_\_\_\_\_. *Íntegra das contas anuais dos diretórios nacionais dos partidos e seus demonstrativos*. Brasília: TSE, 2018b. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/partidos/contas-partidarias/prestacao-de-contas/contas-anuais/prestacao-de-contas-partidarias>>. Acesso em: dez. 2018.

\_\_\_\_\_. *PSD terá aumento em cota do fundo partidário*. Brasília: TSE, 2012. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2012/Junho/psd-tera-aumento-em-cota-do-fundo-partidario>>. Acesso em: nov. 2018.

\_\_\_\_\_. *Sete partidos detêm quase dois terços do número de eleitores filiados*. Brasília: TSE, 2018c. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Junho/sete-partidos-detem-quase-dois-tercos-do-numero-de-eleitores-filiados>>. Acesso em: out. 2018.

## ANEXO

### Distribuição de votos nas eleições proporcionais 2018 para deputado(a) federal (estados agrupados por região)

| PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO |           |      |                      |                                       |
|----------------------------|-----------|------|----------------------|---------------------------------------|
| UNIDADE<br>FEDERATIVA      | VOTOS     | %    | DEPUTADOS<br>ELEITOS | CADEIRAS<br>DISPONÍVEIS<br>POR ESTADO |
| <b>AC</b>                  | 12.049    | 0,2  | 0                    | 8                                     |
| <b>AP</b>                  | 10.580    | 0,1  | 0                    | 8                                     |
| <b>AM</b>                  | 183.347   | 3,3  | 1                    | 8                                     |
| <b>PA</b>                  | 413.046   | 7,8  | 3                    | 17                                    |
| <b>RO</b>                  | 44.009    | 0,7  | 1                    | 8                                     |
| <b>RR</b>                  | 17.401    | 0,3  | 1                    | 8                                     |
| <b>TO</b>                  | 17.336    | 0,3  | 0                    | 8                                     |
| <b>AL</b>                  | 139.691   | 2,5  | 1                    | 9                                     |
| <b>BA</b>                  | 732.263   | 13,6 | 4                    | 39                                    |
| <b>CE</b>                  | 147.095   | 2,6  | 1                    | 22                                    |
| <b>MA</b>                  | 122.753   | 2,2  | 1                    | 18                                    |
| <b>PB</b>                  | 6.992     | 0,1  | 0                    | 12                                    |
| <b>PE</b>                  | 118.641   | 2,1  | 1                    | 25                                    |
| <b>PI</b>                  | 110.804   | 1,9  | 1                    | 10                                    |
| <b>RN</b>                  | 74.453    | 1,0  | 1                    | 8                                     |
| <b>SE</b>                  | 102.899   | 1,8  | 1                    | 8                                     |
| <b>DF</b>                  | 31.379    | 0,5  | 0                    | 8                                     |
| <b>GO</b>                  | 118.828   | 2,1  | 1                    | 17                                    |
| <b>MS</b>                  | 103.441   | 1,8  | 1                    | 8                                     |
| <b>MT</b>                  | 56.912    | 1,0  | 0                    | 8                                     |
| <b>ES</b>                  | 53.787    | 0,9  | 0                    | 10                                    |
| <b>MG</b>                  | 445.397   | 8,0  | 3                    | 53                                    |
| <b>RJ</b>                  | 513.798   | 9,6  | 3                    | 46                                    |
| <b>SP</b>                  | 660.999   | 11,9 | 2                    | 70                                    |
| <b>PR</b>                  | 913.362   | 16,8 | 4                    | 30                                    |
| <b>RS</b>                  | 175.799   | 3,1  | 1                    | 31                                    |
| <b>SC</b>                  | 214.022   | 3,8  | 2                    | 16                                    |
| Total                      | 5.541.083 | 100  | 34                   | 513                                   |

Fonte: dados da Justiça Eleitoral e elaborado por Macedo (2019)

| SOLIDARIEDADE         |           |      |                      |                                       |
|-----------------------|-----------|------|----------------------|---------------------------------------|
| UNIDADE<br>FEDERATIVA | VOTOS     | %    | DEPUTADOS<br>ELEITOS | CADEIRAS<br>DISPONÍVEIS<br>POR ESTADO |
| <b>AC</b>             | 22.219    | 1,1  | 1                    | 8                                     |
| <b>AP</b>             | 6.478     | 0,3  | 0                    | 8                                     |
| <b>AM</b>             | 55.477    | 2,9  | 1                    | 8                                     |
| <b>PA</b>             | 68.461    | 3,6  | 0                    | 17                                    |
| <b>RO</b>             | 28.577    | 1,5  | 0                    | 8                                     |
| <b>RR</b>             | 23.735    | 1,2  | 1                    | 8                                     |
| <b>TO</b>             | 120.654   | 6,7  | 2                    | 8                                     |
| <b>AL</b>             | 7.437     | 0,4  | 0                    | 9                                     |
| <b>BA</b>             | 56.245    | 3,0  | 0                    | 39                                    |
| <b>CE</b>             | 140.967   | 7,5  | 1                    | 22                                    |
| <b>MA</b>             | 81.317    | 4,3  | 0                    | 18                                    |
| <b>PB</b>             | 44.143    | 2,3  | 0                    | 12                                    |
| <b>PE</b>             | 146.808   | 8,1  | 1                    | 25                                    |
| <b>PI</b>             | 26.358    | 1,4  | 0                    | 10                                    |
| <b>RN</b>             | 102.667   | 5,5  | 0                    | 8                                     |
| <b>SE</b>             | 64.621    | 3,4  | 1                    | 8                                     |
| <b>DF</b>             | 24.634    | 1,3  | 0                    | 8                                     |
| <b>GO</b>             | 78.431    | 4,2  | 1                    | 17                                    |
| <b>MS</b>             | 10.596    | 0,5  | 0                    | 8                                     |
| <b>MT</b>             | 52.714    | 2,8  | 1                    | 8                                     |
| <b>ES</b>             | 43.988    | 2,3  | 0                    | 10                                    |
| <b>MG</b>             | 114.658   | 6,4  | 1                    | 53                                    |
| <b>RJ</b>             | 153.486   | 8,5  | 1                    | 46                                    |
| <b>SP</b>             | 248.762   | 13,6 | 1                    | 70                                    |
| <b>PR</b>             | 67.125    | 3,6  | 0                    | 30                                    |
| <b>RS</b>             | 34.619    | 1,8  | 0                    | 31                                    |
| <b>SC</b>             | 33.987    | 1,8  | 0                    | 16                                    |
| Total                 | 1.859.164 | 100  | 13                   | 513                                   |

Fonte: dados da Justiça Eleitoral e elaborado por Macedo (2019)

| PARTIDO NOVO          |           |      |                      |                                       |
|-----------------------|-----------|------|----------------------|---------------------------------------|
| UNIDADE<br>FEDERATIVA | VOTOS     | %    | DEPUTADOS<br>ELEITOS | CADEIRAS<br>DISPONÍVEIS<br>POR ESTADO |
| AC                    | 0         | 0    | 0                    | 8                                     |
| AP                    | 0         | 0    | 0                    | 8                                     |
| AM                    | 0         | 0    | 0                    | 8                                     |
| PA                    | 0         | 0    | 0                    | 17                                    |
| RO                    | 5.093     | 0,2  | 0                    | 8                                     |
| RR                    | 0         | 0    | 0                    | 8                                     |
| TO                    | 0         | 0    | 0                    | 8                                     |
| AL                    | 12.768    | 0,5  | 0                    | 9                                     |
| BA                    | 62.963    | 2,5  | 0                    | 39                                    |
| CE                    | 34.313    | 1,4  | 0                    | 22                                    |
| MA                    | 0         | 0    | 0                    | 18                                    |
| PB                    | 12.299    | 0,5  | 0                    | 12                                    |
| PE                    | 43.303    | 1,7  | 0                    | 25                                    |
| PI                    | 0         | 0    | 0                    | 10                                    |
| RN                    | 24.462    | 1,0  | 0                    | 8                                     |
| SE                    | 6.154     | 0,2  | 0                    | 8                                     |
| DF                    | 61.026    | 2,5  | 0                    | 8                                     |
| GO                    | 38.215    | 1,5  | 0                    | 17                                    |
| MS                    | 18.693    | 0,7  | 0                    | 8                                     |
| MT                    | 35.195    | 1,4  | 0                    | 8                                     |
| ES                    | 32.165    | 1,3  | 0                    | 10                                    |
| MG                    | 405.519   | 16,8 | 2                    | 53                                    |
| RJ                    | 175.628   | 7,3  | 1                    | 46                                    |
| SP                    | 727.927   | 30,1 | 3                    | 70                                    |
| PR                    | 132.341   | 5,4  | 0                    | 30                                    |
| RS                    | 424.178   | 17,6 | 1                    | 31                                    |
| SC                    | 1.794.38  | 7,4  | 1                    | 16                                    |
| Total                 | 2.431.680 | 100  | 8                    | 513                                   |

Fonte: dados da Justiça Eleitoral e elaborado por Macedo (2019)

**Histórico de migrações parlamentares e presença na Câmara dos Deputados de filiados do PSD  
(55ª legislatura)**

| <b>NOME</b>                               | <b>FILIAÇÕES</b>   | <b>PRESEÇA NA<br/>CÂMARA</b>   | <b>ELEIÇÕES<br/>2018</b> |
|---|--|--------------------------------|--------------------------|
| <b>ALEXANDRE<br/>SERFIOTIS</b>            | PSD, -2016; PMDB, 2016-<br>2018. PSD, 2018-.   | Deputado Federal<br>desde 2015 | Reeleito                 |
| <b>ANDRÉ DE<br/>PAULA</b>                 | PDS, 1982-1988; PFL, 1988-<br>2007; DEM, 2007-2011;<br>PSD, 2011-.                                     | Deputado Federal<br>desde 1999 | Reeleito                 |
| <b>ANTONIO<br/>BRITO</b>                  | PTB, 1999-2016; PSD, 2016-   | Deputado Federal<br>desde 2011 | Reeleito                 |
| <b>AROLDE DE<br/>OLIVEIRA</b>             | PDS, 1983-1985; PFL, 1986-<br>2007; DEM, 2007-2011;<br>PSD, 2011-2016; PSC, 2016-<br>2018; PSD, 2018-. | Deputado Federal<br>desde 1983 | Não reeleito             |
| <b>ANTONIO<br/>GOULART</b>                | PSD, 2014-.  | Deputado Federal<br>desde 2015 | Não reeleito             |
| <b>CESAR<br/>SOUZA</b>                    | PDS, 1982-1985; DEM,<br>1985-2011; PSD, 2011-.   | Deputado Federal<br>desde 1991 | Não reeleito             |
| <b>DANRLEI DE<br/>DEUS<br/>HINTERHOLZ</b> | PTB, 2007-2011; PSD, 2011-<br>.  | Deputado Federal<br>desde 2011 | Reeleito                 |
| <b>DIEGO<br/>ANDRADE</b>                  | PR, 2006-2011; PSD, 2011-.   | Deputado Federal<br>desde 2011 | Reeleito                 |
| <b>DOMINGOS<br/>NETO</b>                  | PSB, 2009-2013; PROS,<br>2013-2015; PMB, 2015-<br>2016; PSD, 2016-.                                    | Deputado Federal<br>desde 2011 | Reeleito                 |
| <b>ÉDER<br/>MAURO</b>                     | PSD, - 2014.   | Deputado Federal<br>desde 2015 | Reeleito                 |
| <b>EDMAR<br/>ARRUDA</b>                   | PSC, 2009-2016; PSD, 2016-<br>.  | Deputado Federal<br>desde 2011 | Não reeleito             |
| <b>EVANDRO<br/>ROMAN</b>                  | PSD, 2014-.  | Deputado Federal<br>desde 2015 | Não reeleito             |

|                           |  |                             |              |
|---------------------------|--|-----------------------------|--------------|
| <b>EXPEDITO NETO</b>      | SD, -2016; PSD, 2016-.   | Deputado Federal desde 2015 | Reeleito     |
| <b>FÁBIO FARIA</b>        | PMN, 2005-2011; PSD, 2011-.  | Deputado Federal desde 2007 | Reeleito     |
| <b>FÁBIO MITIDIERI</b>    | PSD, 2014-.  | Deputado Federal desde 2015 | Reeleito     |
| <b>FÁBIO TRAD</b>         | PMDB, 2009-2018; PSD, 2018-.   | Deputado Federal desde 2011 | Reeleito     |
| <b>FERNANDO TORRES</b>    | PTdoB, 2000-2005; PRTB, 2005-2009; DEM, 2009-2011; PSD, 2011-.               | Deputado Federal desde 2011 | Não reeleito |
| <b>HUGO LEAL</b>          | PDT, 1988-2001; PSB, 2001-2003; PSC, 2003-2013; PROS, 2013-2016; PSB, 2016-. | Deputado Federal desde 2007 | Reeleito     |
| <b>INDIO DA COSTA</b>     | PFL, 1995-1999; PTB, 1999-2001; PFL, 2001-2007; DEM, 2007-2011; PSD, 2011-.  | Deputado Federal desde 2007 | Não reeleito |
| <b>JOÃO RODRIGUES</b>     | PFL, 1999-; DEM, -2011; PSD, 2011-.  | Deputado Federal desde 2011 | Não reeleito |
| <b>JOAQUIM PASSARINHO</b> | PSD, 2014-   | Deputado Federal desde 2015 | Reeleito     |
| <b>JOSÉ NUNES</b>         | DEM, 1996-2011; PSD, 2011-   | Deputado Federal desde 2011 | Reeleito     |
| <b>JÚLIO CESAR</b>        | ARENA; PDS; PFL, 1985-2007; DEM, 2007-2011; PSD, 2011-                       | Deputado Federal desde 1995 | Reeleito     |
| <b>MARCELO MATOS</b>      | PDT, 2010-2016; PHS, 2016 - 2018; PSD, 2018                                  | Deputado Federal desde 2011 | Não reeleito |
| <b>MARCOS MONTES</b>      | PFL, 1995-2007; DEM, 2007-2011; PSD, 2011-.                                  | Deputado Federal desde 2007 | Não reeleito |
| <b>MARCOS REATEGUI</b>    | PSC, -2016; PSD, 2016-.  | Deputado Federal desde 2015 | Não reeleito |
| <b>MARX BELTRÃO</b>       | PMDB, -2018; PSD, 2018-  | Deputado Federal desde 2015 | Reeleito     |

|                        |   |  |              |
|------------------------|---|--|--------------|
| <b>MISAEEL VARELLA</b> | DEM; PSD -.   | Deputado Federal desde 2015                | Reeleito     |
| <b>PAULO MAGALHÃES</b> | PFL, -2007; DEM, 2007-2011; PSD, 2011-.   | Deputado Federal desde 1999                | Não reeleito |
| <b>RAQUEL MUNIZ</b>    | PSC, -2016; PSD, 2016-.   | Deputada Federal desde 2015                | Não reeleito |
| <b>ROGÉRIO ROSSO</b>   | PMDB, 2005-2011; PSD, 2011-.  | Deputado Federal desde 2007                | Não reeleito |
| <b>SANDRO ALEX</b>     | PPS, 2007-2016; PSD, 2016-.   | Deputado Federal desde 2011                | Reeleito     |
| <b>SÉRGIO BRITO</b>    | PFL, 1985-1989; PRN, 1989-1990; PDC, 1990-1993; PSD, 1993-2003; PDT, 2003-2007; PMDB, 2007; PDT, 2007-2009; PSC, 2009-2011; PSD, 2011-. | Deputado Federal desde 1987 (Constituinte) | Reeleito     |
| <b>STEFANO AGUIAR</b>  | PSC, 2009-2013; PSB, 2013-2016; PSD, 2016-.   | Deputado Federal desde 2011                | Reeleito     |
| <b>THIAGO PEIXOTO</b>  | PSD, 2011-.   | Deputado Federal desde 2011                | Não reeleito |
| <b>WALTER IHOSHI</b>   | PFL, 2003-2007; DEM, 2007-2011; PSD, 2011-.   | Deputado Federal desde 2007                | Não reeleito |

Fonte: dados da Câmara dos Deputados e elaborado por Macedo (2019)

**Histórico de migrações parlamentares e presença na Câmara dos Deputados de filiados do Solidariedade (55ª legislatura)**

| <b>NOME</b>                   | <b>FILIAÇÕES</b>  | <b>PRESENÇA NA CÂMARA</b>                  | <b>ELEIÇÕES 2018</b> |
|-------------------------------|---|--|----------------------|
| <b>AUGUSTO CARVALHO</b>       | PCB, 1986-1992; PPS, 1992-2013; SD, 2013-.  | Deputado Federal desde 1987 (Constituinte) | Não reeleito         |
| <b>AUGUSTO COUTINHO</b>       | PFL, 1990-; DEM, 2007-2013; SD, 2013-.  | Deputado Federal desde 2011                | Reeleito             |
| <b>AUREO RIBEIRO</b>          | PRTB, 2009-2013; SD, 2013-.   | Deputado Federal desde 2011                | Reeleito             |
| <b>JORGE SILVA</b>            | PDC, 1992-1994; PT, 1994-2000; PP, 2000-2009; PDT, 2009-2013; PROS, 2013-2016; PHS, 2016-2018; SD, 2018-. | Deputado Federal desde 2011                | Não reeleito         |
| <b>GENECIAS NORONHA</b>       | PMDB, 1995-2013; SD, 2013-.   | Deputado Federal desde 2011                | Reeleito             |
| <b>KAIO MANIÇOBA</b>          | PHS, -2016; PMDB, 2016-2018; SD, 2018-.   | Deputado Federal desde 2015                | Não reeleito         |
| <b>LUCAS VERGILIO</b>         | SD, 2014-   | Deputado Federal desde 2015                | Reeleito             |
| <b>PAULO PEREIRA DA SILVA</b> | PTB, 1996-2003; PDT, 2003-2013; SD, 2013-.  | Deputado Federal desde 2007                | Reeleito             |
| <b>JOSÉ SILVA</b>             | PDT, 2008-2013; SD, 2013-.  | Deputado Federal desde 2011                | Reeleito             |
| <b>WLADIMIR COSTA</b>         | PMDB, -2013; SD, 2013-.   | Deputado Federal desde 2003                | Não se candidatou    |

Fonte: dados da Justiça Eleitoral e elaborado por Macedo (2019)

**Perfil dos eleitos pelo Partido Novo para a Câmara Federal dos Deputados (pleito 2018)<sup>36</sup>**

| <b>UF</b>         | <b>FORMAÇÃO</b>  | <b>PROFISSÃO</b>                      | <b>GÊNERO</b> | <b>COR</b> |
|-------------------|--|---------------------------------------|---------------|------------|
| São Paulo         | Doutorado em Administração de Empresas                           | Professora Universitária (FGV)        | Feminino      | Branca     |
| São Paulo         | Pós-graduação em Administração de Empresas                       | Empresário                            | Masculino     | Branca     |
| São Paulo         | Pós-graduação pela Sociedade Brasileira de Coaching              | Administrador                         | Masculino     | Branca     |
| Minas Gerais      | Pós-graduação em Gestão empresarial                              | Empresário                            | Masculino     | Branca     |
| Minas Gerais      | Pós Graduação pela Harvard Business School                       | Administrador                         | Masculino     | Branca     |
| Rio de Janeiro    | Graduação em Engenharia e Economia                               | Economista                            | Masculino     | Branca     |
| Santa Catarina    | Pós-graduação em Direito e Processo civis (FGV)                  | Advogado e Empresário                 | Masculino     | Branca     |
| Rio Grande do Sul | Pós-graduação (UFRGS); Mestrado em Ciência Política e Jornalismo | Vereador (PP); Deputado estadual (PP) | Masculino     | Branca     |

Fonte: dados da Justiça Eleitoral e elaborado por Macedo (2019)

<sup>36</sup> Cada candidato eleito apresenta um perfil disponibilizado pelo NOVO. Sendo assim, não foi encontrada, por exemplo, uma padronização exata quanto à formação dos candidatos; enquanto alguns apresentam informação sobre a instituição de ensino na qual obtiveram formação, outros apresentam apenas o título alcançado.